ISSN 2237-258X

ESPAÇOS DE PRODUÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DE EDUCAÇÃO: ALGUMAS POSSIBILIDADES DA TEORIA DOS CAMPOS NA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA

Spaces for the production of the statistics of education: some possibilities of the field theory in historical research

Espacios para la producción de estadísticas de la educación: algunas posibilidades de la teoría de los campos en la investigación histórica

Natália Lacerda Gil*

RESUMO

Este artigo resulta de pesquisa histórica e parte do exame da documentação oficial produzida por órgãos do governo central responsáveis pela produção de estatísticas do ensino para trazer à discussão análises para as quais o conceito bourdieusiano de *campo* mostrou-se útil. O estudo examina a organização da Diretoria Geral de Estatística na virada do século XIX-XX e publicações do Serviço de Estatística de Educação e Saúde das décadas de 1930 e 1940. A circulação dos agentes em diferentes campos permitiu compreender algumas das inconsistências e ambiguidades dos discursos investigados. Além disso, o entendimento de que o campo burocrático seja um campo relativamente autônomo com relação ao campo político ressaltou a continuidade dos trabalhos estatísticos mesmo em momentos de fortes instabilidades políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Estatísticas do ensino. Conceito de Campo.

ABSTRACT

This paper results from the official documentation produced by organs from the central government which were responsible for the production of educational statistics to bring to discussion the analyses for which the bourdieusian concept of *field* appeared to be useful. The study examines the organization of the General Directory of Statistics at the turn of the century XIX-XX and the publications of the Educational and Health Statistics Service in the decade of 1940. The circulation of the agents in the different fields enabled us to understand some of the inconsistencies and ambiguities of the investigated speeches. In addition, the understanding that the bureaucratic field is an autonomous field in relation to the political field has emphasized the continuity of the statistics works even in times of strong political instabilities.

KEYWORDS: Education. Educational statistics. Field concept.

* Formada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Possui Mestrado (2002) e Doutorado (2007) em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Docente e pesquisadora na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Realizou, como parte das atividades de doutorado, estágio de pesquisa na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris.

RESUMEN

Este artículo es el resultado de la investigación histórica y parte del examen de la documentación oficial producida por las instituciones del gobierno central responsables de la producción de estadísticas de educación para traer à la discusión algunos análisis respecto de los cuales el concepto bourdieusian de *campo* se ha demostrado útil. El presente estudio examina la organización de la Dirección General de Estadística en la vuelta del siglo XIX-XX y publicaciones de la Oficina de Estadística de la Educación y la Salud de los decenios de 1930 y 1940. El movimiento de los agentes en los distintos campos nos permitió entender algunas de las incoherencias y ambigüedades de los discursos investigados. Además, la comprensión de que el campo burocrático es un campo relativamente autónomo con respecto al campo político destacó la continuidad de la labor estadística incluso en los momentos de fuerte inestabilidad política.

PALABRAS CLAVE: Educación. Estadísticas de educación. Concepto de campo.

INTRODUÇÃO

A intenção de conhecer a história institucional das estatísticas oficiais da educação no Brasil e compreender a maneira pela qual os números assumiram significativa legitimidade na condução das decisões políticas na área educacional levou à procura de instrumentos de interpretação originalmente da Sociologia. A transposição das fronteiras disciplinares pareceu iniciativa adequada para a análise de situações que numa primeira vista pareciam pouco compreensíveis. O que se propõe aqui é, portanto, trazer à discussão análises, relativas a momentos distintos, para as quais o conceito de campo, conforme definido por Pierre Bourdieu, mostrou-se útil. Inicialmente, busca-se compreender como se deu a organização interna da Diretoria Geral de Estatística (DGE), órgão central das estatísticas oficiais no país, na virada do século XIX-XX. Em seguida, o que se propõe é o exame das estratégias discursivas presentes em publicações do Serviço de Estatística de Educação e Saúde (SEES) que circularam na década de 1940 apresentando números da educação brasileira.

O poder que as estatísticas usufruem na atualidade é notável. No caso da área educacional, é bastante usual o recurso às estatísticas oficiais no sentido de guiar as ações políticas, alegando-se o caráter inquestionável de dados considerados objetivos resultantes de procedimentos científicos e levados a cabo pelo Estado. Interessa perceber como se constrói a legitimidade dos números. Assim, pela análise de documentos oficiais que mencionam e/ou analisam as estatísticas do ensino tem-se buscado compreender os discursos como parte da luta travada em diferentes campos em que as posições e os objetos em disputa estão em constante movimentação.

A teoria dos campos, conforme definida por Bourdieu, foi, portanto, basilar na leitura feita da documentação sistematizada. Para esse autor, os campos são espaços de lutas simbólicas em torno de objetos de disputa e dos interesses específicos de seus ocupantes, cujas diferentes posições determinam as possibilidades de ação nesses espaços (Bourdieu, 1980). Assim como ocorre no campo literário, analisado pelo autor, também no caso do estudo da história das estatísticas de educação (guardadas as especificidades), a noção de campo:

> (que se especifica como campo artístico, campo literário, campo científico etc.) permite romper com as vagas referências ao mundo social (através de palavras como "contexto", "meio", "fundo social", "social background") com que normalmente a história social da arte e da literatura se contenta (BOURDIEU 1990, p.169).

Valer-se do conceito de campo, no estudo aqui apresentado, permite perceber a necessidade de articular a análise interna dos documentos – que trazem as estatísticas e os discursos que foram produzidos sobre elas – com o estudo das posições que seus produtores ocupam no(s) campo(s) e do jogo que põe o(s) campo(s) em funcionamento, determinando os objetos de interesse e conduzindo a lutas em torno destes. A história das estatísticas de educação impele a considerar as relações entre diferentes campos. Isso porque a produção e o uso das estatísticas de educação encontram-se na confluência de mais de um campo, a saber, o campo educacional, o campo do poder, o campo burocrático, o campo científico (estatístico). Vale considerar, ainda, que os limites que separam esses espaços simbólicos não são rigorosos e é sempre possível que haja interações entre eles. Bourdieu afirma, ainda, que os campos são estruturas relativamente autônomas que estão sujeitas tanto a pressões internas, como externas. A maneira como um determinado campo reage às interferências do mundo social global que o envolve depende de seu grau de autonomia. O autor lembra que:

> as estratégias discursivas dos diferentes actores, e em especial os efeitos retóricos que têm em vista produzir uma fachada de objectividade, dependerão das relações de força simbólicas entre os campos e dos trunfos que a pertença a esses campos confere aos diferentes participantes ou, por outras palavras, dependerão dos interesses específicos e dos trunfos diferenciais que, nesta situação particular [um debate sobre eleições na televisão entre jornalistas, historiadores, cientistas políticos etc.] de luta simbólica pelo veredicto "neutro", lhes são garantidos pela sua posição nos sistemas de relações invisíveis que se estabelecem entre os diferentes campos em que eles participam (BORDIEU, 2004a, p.56).

A opção de análise assumida neste artigo remete à consideração de que as estatísticas são aqui compreendidas a partir do conceito de representação, uma vez que são percebidas como elementos de mediação das relações dos indivíduos com o mundo social, que criam disposições, estabelecem traços distintivos e constroem os modos de ver. Correspondem a "esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado" (CHARTIER, 2002, p.17). Estas categorias, organizadas em classificações, divisões e delimitações que conformam as maneiras de perceber o mundo social, são disposições estáveis e partilhadas que, assim sendo, agem como mediadoras das práticas e discursos. Muito embora aspirem à universalidade, as representações são estruturas mentais relacionais determinadas pelos interesses e pelas posições sociais daqueles que as forjam.

As estatísticas, como modos de apreensão do real, são objetos de lutas de representações travadas em torno da afirmação da interpretação legítima do mundo social. Tais lutas são empreendidas pelo monopólio do poder de estabelecer, nas estruturas mentais do grupo social, a percepção da realidade reconhecida como a mais adequada. Conforme indica Bourdieu, "o móvel de todas essas lutas é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, tão logo se impõem ao conjunto de

um grupo, estabelecem o sentido e o consenso sobre o sentido" (1998a, p.108). Trata-se, portanto, de compreender as maneiras pelas quais o poder simbólico é exercido. De acordo com Bourdieu (2004a), os sistemas simbólicos, entre os quais se encontram as representações, cumprem uma função política de impor e legitimar a dominação, ou seja, ao estabelecerem os modos de conceber o mundo social de acordo com os interesses do grupo dominante, exercem uma violência simbólica que contribui para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra. Chartier corrobora essa posição afirmando que "as lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio" (2002, p.17).

No caso específico do estudo das estatísticas de educação, cabe reiterar, que tão importante quanto a análise interna dos campos que as produzem e/ou utilizam seja proceder a um esforço no sentido da compreensão das relações que se estabelecem entre esses campos, o que se tentou esboçar neste trabalho. Algumas das considerações às quais se pode chegar nesta pesquisa só foram possíveis pela compreensão das interações entre os campos e de uma certa permeabilidade entre esses espaços. A circulação dos agentes em diferentes campos – no caso, o campo estatístico e o educacional, onde os mesmos não estavam igualmente bem posicionados – permite compreender, por exemplo, algumas inconsistências e ambiguidades dos discursos por eles proferidos. Além disso, o entendimento de que o campo burocrático seja um campo relativamente autônomo com relação ao campo político, embora com esse guarde relações, permite compreender porque os trabalhos da instituição produtora das estatísticas oficiais continuam a serem feitos mesmo em momentos de fortes instabilidades políticas.

A organização dos trabalhos da Diretoria Geral de Estatística

A Diretoria Geral de Estatística foi criada, em 1871, pelo poder imperial, com a finalidade de comandar os trabalhos censitários[†]. Durante suas primeiras décadas de funcionamento vivenciou uma acentuada sucessão de diretores que, em alguns casos, se mantiveram no cargo por pouquíssimo tempo. Seu primeiro diretor Manuel Francisco Correia, por exemplo, nesse primeiro momento, ficou apenas sete dias à frente da repartição por ter sido chamado a assumir o cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Ocupou sua posição, em caráter interino, Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque. Em janeiro de 1873, Manoel Francisco Correia deixa o Ministério e, oito meses depois, reassume o comando da DGE, onde esteve até 1879, quando de sua desativação.

Em 1890, a Diretoria foi restaurada e instituído no cargo de diretor Manuel Timóteo da Costa. Meses depois começavam as atividades relacionadas ao novo levantamento censitário da população. Em abril de 1891 Manuel Timóteo da Costa deixa o cargo, por ter sido Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque nomeado em seu lugar. Mas já em dezembro daquele mesmo ano, Costa retorna à direção da DGE, função que exerceu até 1893. Tais sucessões na chefia do órgão central da estatística coincidem

[†] Não se pretende aqui retomar em detalhes a história da produção das estatísticas oficiais no Brasil. Informações detalhadas a este respeito encontram-se na importante coleção de volumes organizada por Nelson de Castro Senra (2006a, 2006b, 2008, 2009).

com momentos de turbulência política no país relacionados a alterações na Presidência da República cujo detalhamento, no entanto, não cabe neste artigo.

Raras informações foram localizadas acerca do ocorrido na DGE entre 1890 e 1901. Sabe-se que a repartição continuou suas atividades, mas, ao que tudo indica, procedendo a trabalhos sem maior expressão. Em 1892, o órgão passou ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, onde viu alterada e reduzida a composição do quadro de funcionários e suas funções.

Dentre os muitos problemas enfrentados pela DGE nestes primeiros tempos são recorrentes as menções à falta de espaço e à insuficiência e inadequação do pessoal face ao acúmulo e especificidade das atividades. O Regulamento de 1871 designava para a DGE, originalmente, 11 integrantes. Quando a Diretoria é restaurada, em 1890, são designados 38 funcionários para a repartição, além do diretor geral. No regulamento aprovado no mesmo ano tem-se a diminuição do número de funcionários. Além disso, também os vencimentos dos funcionários foram diminuídos nesta oportunidade, embora se tenha aumentado a exigência quanto ao preparo intelectual dos mesmos, em vista do estabelecimento de concursos públicos para provimento dos cargos. Passavam a ser exigidas boas noções de matemática, estatística e economia política, além da história e geografia do Brasil e o domínio de uma língua estrangeira.

Entre 1907 e 1930, dificuldades de toda ordem impediram a publicação sistemática dos estudos estatísticos planejados, iniciados e, às vezes, concluídos no âmbito central. Ainda assim, ao contrário do que ocorreu nos períodos anteriores, trabalhos extensos – como o censo de 1920 e o levantamento dos números do ensino em 1907, por exemplo – foram realizados com algum êxito e são reiteradamente mencionados durante as décadas de 1930 e 1940, não especificamente pela exatidão dos dados coligidos, mas como experiência a servir de base para empreendimentos futuros. Assim, se por um lado são poucos os produtos concluídos, é preciso destacar que nesse período houve empenho na estruturação do órgão central, na afirmação de uma sistemática de coleta e apresentação dos dados, no estabelecimento das responsabilidades e deveres dos governantes, dos funcionários, das instituições particulares e da população em geral no que se refere às informações necessárias à elaboração das estatísticas oficiais. Além disso, mesmo que seja recorrente a reclamação acerca da insuficiência de recursos e de funcionários em face à dificuldade característica da atividade estatística, a Diretoria manteve-se – diferentemente do que se passava anteriormente – funcionando durante todo o período, fixando uma rotina de trabalhos, consolidando-se no campo burocrático e empregando algumas pessoas cuja vida profissional decorreu inteiramente nas repartições de estatística.

O que se pretende, portanto, destacar é que apesar das recorrentes lamentações acerca da insuficiência de funcionários, da exiguidade de recursos e da precariedade estrutural da Diretoria Geral de Estatística, nesse período é evidente a consolidação de um aparato burocrático. Assim, se é verdade que esta estrutura pudesse ser ainda insuficiente em vista da amplitude das tarefas atribuídas à repartição, sua existência constitui uma novidade. A especialização dos funcionários, a especificação dos cargos, a constituição de uma carreira de estatístico (mesmo que ainda não fosse oficializada), o detalhamento das atividades a serem desenvolvidas pelo órgão etc. são elementos inéditos, até então, no que se refere às estatísticas oficiais. Se não permitiam ainda a execução pronta e completa dos estudos pretendidos, garantiam o funcionamento ininterrupto da repartição e a afirmação

gradual de sua importância entre os órgãos de governo. Tal presença torna cada vez mais inquestionável para os contemporâneos a relevância e necessidade da produção e publicação das estatísticas oficiais, reforçando sua representação como elemento imprescindível à condução da administração pública.

Interessa aqui enfatizar que, após seguidas reformas – e talvez se possa dizer que apesar delas –, no final da década de 1920 a Diretoria era uma repartição bastante aumentada em tamanho e complexidade, se comparada à situação em 1907. O que se percebe é que a estruturação do campo burocrático, desde o início da República, permitiu, no que se refere às estatísticas oficiais, estabelecer uma certa rotina de atividades que progressivamente foi tornando possíveis os trabalhos e publicações que caracterizam essa área. Atividades comuns num escritório, como a folha de pagamentos, os ofícios internos, a cópia de documentos, o protocolo de materiais recebidos etc., continuavam a ser realizadas e faziam, efetivamente, a existência da repartição, ainda que não houvesse projetos mais importantes propostos ou em andamento.

Como existisse a possibilidade de progredir na carreira do funcionalismo público ocupando cargos de maior salário e prestígio, os empregados, de modo geral, empenhavam-se na realização de suas atribuições pelas vantagens que isso tinha para suas vidas pessoais e para sua situação funcional, independentemente dos interesses mais amplos que podiam guiar as diretrizes políticas centrais para a realização dos trabalhos estatísticos e mesmo nos momentos em que inexistiam tais diretrizes. Ocupar melhores posições no campo burocrático e obter lucros simbólicos cujo valor restringia-se a esse campo (como, por exemplo, a menção à dedicação de um funcionário no relatório do diretor ou o elogio à assiduidade no ofício que encaminha o pedido de aposentadoria) impulsionava oficiais, datilógrafos, contínuos etc. a fazerem, sem quebra de continuidade, seus trabalhos.

Assim, mais do que as determinações e circunstâncias políticas ou as preocupações científicas, o que imprimiu continuidade a esses trabalhos após 1907 – a despeito das muitas turbulências por que passou a repartição, como já se viu – foi a existência de um corpo fixo de empregados que, quaisquer que fossem os interesses dos grupos políticos no poder, tinham por dever realizar ininterruptamente as tarefas cotidianas da repartição. Uma parte desses funcionários permaneceu na repartição central de estatística (alguns desde antes de 1907 e, outros, até depois de 1931) apesar das alterações no quadro macro-político do país. O que se percebe é que, após 1907, mesmo nos momentos de maior esvaziamento dos trabalhos, pelo menos alguns funcionários continuaram vinculados à Diretoria. De igual maneira, no período em que a repartição esteve inchada de empregados, vários daqueles que a integravam no momento anterior continuaram ali seus trabalhos. Além disso, importa considerar a relevância da manutenção, a despeito das muitas mudanças no quadro de pessoal, dos chefes de seção, o que permitiu continuidade de comando. Não fosse a regularidade das atividades burocráticas, simples em si, não seria possível executar – integral ou parcialmente – quaisquer dos planos que, desde o Império, vinham sendo traçados por aqueles que se preocupavam com a organização das estatísticas oficiais (pela utilidade que apresentavam na condução das questões administrativas e políticas e/ou para a imagem internacional do Brasil).

Estatísticas de educação e a estruturação do campo estatístico

Após um longo período de forte instabilidade, os anos 1930 e 1940 são um momento decisivo de afirmação profissional da estatística. Mais que isso, o que se percebe é que estava em curso um processo de estruturação do campo estatístico. Os discursos sobre as estatísticas de educação oferecem alguns indícios nesse sentido.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, as estatísticas educacionais ganham novo impulso e alimenta-se a esperança de organizá-las nacionalmente. A criação deste órgão surge como uma das iniciativas centralistas voltadas à transformação da realidade brasileira pretendida pelo movimento político de 1930 que levou Getúlio Vargas à presidência da República (Fausto, 1972) e foi uma das circunstâncias que colaborou para a estruturação de um serviço nacional de produção das estatísticas educacionais.

A dificuldade, nesse período, estava em afirmar a autonomia do campo estatístico e, ao mesmo tempo, consolidar uma inserção legitimada no campo educacional e/ou burocrático que garantisse tanto o fornecimento dos dados primários quanto o uso das estatísticas produzidas naquele campo.

A leitura das introduções à série "O ensino no Brasil", publicada pelo Serviço de Estatística de Educação e Saúde (SEES) entre 1939 e 1946, permitiu perceber esse tipo de tensão que está na raiz de certa instabilidade discursiva expressa nas investidas – intercaladas por recuos – quanto ao debate sobre os problemas da educação nacional. A publicação pretendia apresentar dados padronizados, regulares e frequentes sobre a educação brasileira que tornassem possível acompanhar o progresso do país nesse setor e confrontar o desempenho dos diferentes estados.

As introduções aos volumes, sempre assinadas por Teixeira de Freitas, então diretor do SEES, eram de início mais sucintas e interessadas em relembrar o êxito do Convênio de 1931 (que estabeleceu a padronização nacional das estatísticas educacionais) e a relevância das estatísticas apresentadas. Aos poucos passam (e para isso ocupam mais páginas) a ensaiar – e ensinar – maneiras de olhar e lidar com esses números. A análise detida desses textos permite perceber um movimento discursivo que busca contribuir para a afirmação da legitimidade, não só das informações produzidas a cada ano, mas também – e principalmente – da atividade de produzi-las.

Havia uma desconfiança, não apenas na capacidade dos órgãos destinados a esse fim, mas também na própria possibilidade e mesmo na utilidade desse tipo de empreendimento descritivo. É por essa razão que, na apresentação aos números de 1934, publicados em 1940, ressalta-se a divulgação dos dados como indício da campanha vitoriosa de aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas de educação,

> desafiando o pessimismo dos que viam barreiras intransponíveis, tanto no deficiente aparelhamento dos orgãos incumbidos da execução do complexo plano adotado por aquele Convênio, como nas dificuldades de comunicação e nas condições de cultura menos favoraveis do interior do país (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1940, p.1).

Embora com periodicidade, a divulgação vinha se dando com atraso de mais de cinco anos, o que acabava diminuindo a utilidade pretendida para as estatísticas do ensino. Tudo leva a crer que o problema estivesse na impressão do material e já não tanto na coleta

e organização dos números. Os primeiros volumes tinham sido impressos no Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, o número três tinha estado a cargo da Imprensa Nacional e o exemplar de 1942 foi impresso pelo Serviço Gráfico do IBGE. É possível entrever que a rápida publicação dessas informações não constava como prioridade para o Ministério da Educação, ao qual o SEES se vinculava. No entanto, a dupla subordinação do órgão, que também se atrelava ao IBGE, abre-lhe uma outra via. E é, efetivamente, no Serviço Gráfico do IBGE que vão ser impressos os volumes subsequentes. Mais do que o problema da simples definição do local de impressão dos volumes referentes à estatística de educação, com a prontidão exigida por esse tipo de informação, estava em jogo a própria definição das atribuições de cada instância burocrática do governo e as relações de concorrência entre elas.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão também vinculado ao Ministério da Educação, assumia para si cada vez mais atividades de produção de "inquéritos educacionais", configurando-se, assim, em alguma medida, uma disputa de posições no campo burocrático entre dois órgãos aparentemente concorrentes nesse aspecto. Embora a divisão de tarefas não estivesse claramente definida, havia uma assumida hierarquia para o acesso aos números do ensino enviados ao governo central pelas instâncias regionais. Num dos textos analisados (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1942, p.XIV) descreve-se a distribuição dos trabalhos: o SEES receberia os dados enviados pelos órgãos regionais, daria a essas informações o tratamento técnico-estatístico necessário – organizando-as em tabelas ou relacionando-as aos dados censitários, por exemplo – e cuidaria de sua publicação; já o INEP, assim como os demais órgãos de governo e/ou as instâncias particulares, tomariam essas estatísticas para analisá-las, confrontá-las com as informações educacionais de tipo não quantitativo e tomar as decisões convenientes a partir daquilo que os números indicassem. Ora, esse é evidentemente um discurso *performativo*[‡] que, sob aparência de descrever as relações e hierarquia existentes entre diferentes órgãos de governo, tem em vista prescrever um certo funcionamento das interações que de modo algum estava consolidado. Se é fato que o INEP recebia e utilizava os dados coletados e organizados pelo SEES, era também verdade que produzia suas próprias informações – inclusive quantitativas – a partir dos inquéritos que promovia. A recíproca, porém, não assume a mesma medida. O SEES afirmava reiteradamente que sua tarefa era a coleta e organização dos números, mas não a análise dos mesmos e, muito menos, a definição das políticas supostamente deles decorrentes. Assim, o SEES evitava – ao menos nos primeiros anos de publicação da série – tecer interpretações sobre os dados que organizava. Quando acaba rendendo-se a tal tarefa, produz, inicialmente, comentários que se pretendem eminentemente "técnicos". Pode-se, então, assumir como hipótese que a posição de extrema neutralidade almejada pelo SEES, como suposta condição de garantia da legitimidade dos conhecimentos científicos que

[‡] Sobre este aspecto, valeria considerar que, segundo Bourdieu, "enquanto enunciado *performativo*, a pré-visão política é por si só, uma pré-dição que pretende fazer acontecer o que enuncia; ela contribui praticamente para a realidade do que enuncia pelo fato de enunciá-lo, de prevê-lo e de fazê-lo prever; por torná-lo concebível e sobretudo crível, criando assim a representação e a vontade coletivas em condições de contribuir para produzi-lo". O autor refere-se, assim, à "capacidade de prescrever sob a aparência de descrever, ou então, de denunciar sob a aparência de enunciar " (BOURDIEU, 1998b, p.118).

produzia, tenha acabado por enfraquecer sua posição no campo burocrático – o que explicaria, ao menos em parte, a dificuldade em impor, no ministério ao qual estava vinculado, a urgência da publicação de seus trabalhos.

O que torna aquele problema da falta de local para impressão dos volumes organizados pelo SEES significativo é justamente seu distanciamento em relação às questões declaradas como mais importantes do ponto de vista da produção racional das estatísticas. Quando se consegue organizar, o que parecia ser o mais difícil, a cooperação das diferentes instâncias regionais para que enviassem os dados com prontidão, quando se consegue um órgão com capacidade de trabalho suficiente para dar conta rapidamente da sistematização dos dados enviados, enfrenta-se a dificuldade da divulgação do material produzido.

A partir dessa querela é possível perceber que se impunha aos agentes produtores das estatísticas educacionais a tarefa, não apenas de aperfeiçoar as técnicas e os procedimentos – em outras palavras o rigor científico dos trabalhos –, mas também de consolidar no espaço social a crença na necessidade e na utilidade desse tipo de informação. Esse duplo esforço impõe-se ao SEES na medida em que o estabelecimento do valor social de seus produtos, as estatísticas de educação, atrela-se a certa combinação do bom posicionamento da instituição em campos distintos. Assim, se para melhor posicionar-se no campo científico era fundamental o investimento no aperfeiçoamento formal dos trabalhos, isso não garantia uma posição suficientemente boa nos campos burocrático e educacional, para o que era preciso um empenho específico no sentido de afirmar e consolidar a utilidade e a necessidade desses produtos.

Nesse sentido, interessa compreender a referência aos pretendidos destinatários das estatísticas de ensino, que, ressalte-se, eram produzidas em âmbito estatal. Se em alguns trechos fica evidente a destinação dos dados oficiais ao próprio governo, há várias outras passagens em que explicitamente se indicam os particulares, os estudiosos das questões educacionais e, inclusive, a população em geral como público alvo. Em volume de 1943 o autor diz que

> espera êste Serviço não apenas fornecer às instituições oficiais competentes o material de que necessitam para o seu trabalho de pesquisa, mas igualmente conquistar o interêsse de um grupo numeroso de brasileiros dispostos a aproveitar o cabedal que lhes é fornecido e a tirar conclusões que hão de concorrer para que a nossa escola primária se reorganize, ganhe nova vitalidade, e consiga preencher de modo cabal a nobre finalidade que lhe cabe, de iniciar o preparo intelectual e moral das novas gerações que terão a seu cargo os destinos do Brasil de amanhã (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1943, p.XIV-XV).

O que se percebe é a intenção explícita de atender – ou, antes, criar – uma demanda do grande público pelas estatísticas de educação. Esse movimento pode ser compreendido como estratégia para, declarando atenção às expectativas externas ao campo burocrático, aumentar a legitimidade dos trabalhos realizados pelo SEES. Bourdieu (1991) aponta esta como sendo uma estratégia característica dos dominados do campo que, armando-se de poderes que não são específicos daquele espaço social, tentam converter a relação de forças em seu favor. Há, nesse caso, uma luta entre o princípio de hierarquização autônomo, que se dá pela maior ou menor posse do capital específico do campo em questão, e o princípio de hierarquização heterônomo, que consiste em aumentar o poder no

campo pela importação de capitais externos ao campo (em especial, capital econômico e/ou político). É certo, porém, que tal estratégia traz inegáveis lucros simbólicos, que são convertidos em reforço de legitimidade. Tais lucros pouco estão relacionados de fato ao esclarecimento da população quanto à situação educacional do país. Bourdieu (2004) ressalta que

> a retórica da "demanda social" que se impõe, particularmente numa instituição científica que reconhece oficialmente as funções sociais da ciência, inspira-se menos numa preocupação real em satisfazer as necessidades e expectativas de tal ou qual categoria de "clientes" [...], ou mesmo em ganhar assim seu apoio, do que de assegurar uma forma particularmente indiscutível de legitimidade e, simultaneamente, um acréscimo de força simbólica nas lutas internas de concorrência pelo monopólio da definição legítima da prática científica (2004b, p.47).

A intenção de neutralidade política do estatístico não o impede de tomar clara posição ao menos quanto a algumas questões educacionais polêmicas. Essa aparente contradição resulta do fato de o SEES, e o próprio Teixeira de Freitas, não centrarem seus esforços unicamente na tomada e manutenção de posição no campo científico (estatístico). A própria especificidade das estatísticas de educação obriga à interação com outros campos, em especial o educacional e o burocrático. Com relação à educação, há um pretendido distanciamento do autor, que se apóia na declarada inserção em outro espaço – a área estatística –, mas que pode ser compreendido antes como uma estratégia de entrada no campo educacional, que permitiria resguardar uma certa autoridade pela importação do capital acumulado no campo científico. Disso decorre determinado movimento discursivo que, ao lado de uma propaganda bastante otimista dos avanços na produção das estatísticas do ensino, apresenta os problemas enfrentados pela educação nacional. Ora, o que se ressaltam nesses textos são os "progressos" da estatística e não os da educação. Quanto a esta, o que se tem a mencionar são as dificuldades, sempre que estas tenham sido "reveladas" pelos dados quantitativos. Não se indicam diretamente as ações necessárias à alteração da situação desfavorável em que se encontra a instrução popular no país. Assim, mantém-se um recuo fundamental que pretende garantir a crença na fiabilidade dos dados estatísticos que, apresentados de forma "neutra", têm sua cientificidade assegurada.

É de se notar que faz o elogio das ações do governo, mas não no que concerne à educação, e sim, quanto à organização do aparelho estatístico:

> Que esse desenvolvimento, sensível tanto no tempo apreciado como no confronto com outros períodos de mesma duração, é ainda pouco expressivo em face das necessidades do país, não o ignoram todos aqueles que se interessam pelo progresso cultural do Brasil. Contudo, graças à clarividência de nosso governo, já não nos falta, é bem de ver, como anteriormente a 1931, o aparelho capaz de retratar a situação tal como de fato se apresenta (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1941, p.2).

O que está em jogo, portanto, não é apenas a resolução dos problemas da educação nacional, mas igualmente a concorrência pelo reconhecimento da eficiência entre diferentes áreas de atuação do Estado.

O fato de que os resultados educacionais apresentados não fossem em si positivos podia, nessas circunstâncias, ser convertido em lucros simbólicos para o SEES. A possibilidade de divulgação, por um órgão de governo, de dados pouco laudatórios aos

esforços educacionais do período pode ser explicada pela autoridade conferida a esses trabalhos em função de seu caráter científico. Ora, o papel pretendido por essa instituição era o de "retratar" a realidade educacional qualquer que ela fosse e não o de dar a ver "uma" realidade necessariamente favorável ao governo. Ou seja, a divulgação pelo SEES de dados educacionais indicativos de um mau desempenho neste setor reforçava, de certo modo, a crença em sua isenção quanto às questões políticas, articulação possível na medida em que o órgão ancorava sua autoridade, sobretudo, no campo científico. Não há, portanto, constrangimento algum em apresentar tais dados, justamente porque o SEES não se considera responsável pelas decisões da área educacional e advoga seu pertencimento a outro universo de questões. Pode-se, assim, supor que é esse distanciamento que permite a Teixeira de Freitas formular críticas duras sobre o ensino no país num momento em que o discurso otimista prevalece no meio educacional. Ora, mostrar as fragilidades do campo educacional em comparação com os êxitos do campo científico pode ser entendido aqui como estratégia na disputa por melhores posições no campo burocrático.

A existência de discursos nas publicações oficiais, que, proferidos por altos funcionários de governo, nem sempre faziam a defesa e/ou a propaganda das ações governamentais – que, à primeira vista, pode parecer uma contradição política –, é melhor compreendida se se considerarem as disputas internas aos campos e sub-campos que compõem o governo, bem como os interesses por vezes paradoxais resultantes da justaposição de diferentes campos. É nesse sentido que a divulgação de dados estatísticos que ressaltam as fragilidades do ensino acaba por representar, como já se mencionou, uma vantagem para o SEES. Cria-se, deste modo, no plano discursivo, uma polarização entre as estatísticas – apresentadas como bastante desenvolvidas – e a educação – da qual se diz que muito ainda tinha que avançar – contribuindo para reforçar, na comparação, o prestígio da área estatística.

Não é sempre, porém, que a relação entre os campos – estatístico e educacional – assume a aparência de uma concorrência direta. Compreendidos como domínios fundamentalmente diferentes, se se encontram em disputa é antes para marcar presença e reforçar posições, de modo a impedir a fusão e/ou a anulação de qualquer dos dois campos. Não há, portanto, nos textos analisados, um embate com vistas a desqualificar – um ao outro – os objetivos e as ações. O que se percebe é um exercício de equilíbrio que permite que, ao lado da divulgação dos dados estatísticos educacionais que apontam deficiências nessa área, destaquem-se inúmeros elogios à atuação daqueles que trabalham em prol da melhoria da educação nacional. A contradição, nesse caso, é apenas aparente: não existe evidentemente interesse em comprometer o funcionamento da área educacional, sem a qual as estatísticas de educação perdem toda sua razão de ser; se há críticas à educação, isso se deve mais a uma estratégia relacional que visa a aumentar seu próprio prestígio pela diminuição relativa do prestígio do outro. A partir desse quadro interpretativo é possível compreender o elogio destinado aos esforços do INEP na divulgação e análise dos dados estatísticos educacionais produzidos pelo SEES. Ao contrário do que se poderia crer inicialmente, o que se percebe não é uma disputa entre esses dois órgãos pela análise dos dados, mas sim a intenção de estabelecer uma certa divisão de tarefas. Como os dados utilizados pelo INEP eram fornecidos pelo SEES, constrói-se a ideia da existência de uma colaboração em que as estatísticas aparecem como elemento necessário à educação e,

portanto, a educação é indicada como área dependente, em alguma medida, das informações produzidas no meio estatístico.

O que se pretendeu nesse artigo foi sublinhar a potencialidade interpretativa proveniente do intercâmbio entre diferentes áreas das ciências humanas. A busca por melhor compreender focos de suposta contradição, identificados nos discursos examinados, levou à articulação de espaços e conceitos comumente observados em separado. Cabe sublinhar que alguns objetos de pesquisa – como é o caso das estatísticas de educação – por sua própria natureza interdisciplinar acabam por impulsionar um exercício de "transgressão" disciplinar que, acredita-se, aponta para férteis possibilidades de encaminhamento de novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. *Questões de sociologia.* São Paulo: Marco Zero, 1980. p. 89-94.

_____. O campo intelectual: um mundo à parte. *Coisas ditas.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. p.169-180.

_____. A força da representação. *A economia das trocas lingüísticas*: o que falar quer dizer. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998a.

_____. Descrever e prescrever: as condições e os limites da eficácia política. *A economia das trocas lingüísticas:* o que falar quer dizer. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998b. p.117-126.

_____. *O poder simbólico.* 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

_____. *Os usos sociais da ciência:* por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da Unesp, 2004b.

CHARTIER, Roger. *A história cultural:* entre práticas e representações. 2. ed., Lisboa: Difel, 2002.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA. *Relatorio e trabalhos estatisticos apresentados ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, pelo Diretor Geral interino Dr. José Maria do Coutto.* Rio de Janeiro: Typographia do Hyppolito José Pinto, 1873.

_____. *Relatório apresentado ao Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas pelo Director Geral (1902 – XIV da República).* Rio de Janeiro: Officina da Estatistica, 1902. [Refere-se a 1901 e não a 1902 como aparece na capa]

_____. *Relatório apresentado ao Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, pelo Dr. José Luiz S. de Bulhões Carvalho, Director Geral de Estatistica.* Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1908.

FAUSTO, Bóris, Pequenos Ensaios de História da República, *Cadernos Cebrap,* n.10, 1972.

_____. *História do Brasil.* 8.ed. São Paulo : EDUSP/FDE, 2000.

FOUCAULT, Michel. Sécurité, territoire, population. *Dits et écrits (1976-1979).* Paris: Gallimard. 1978. v.III, p.719-723.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. *O ensino no Brasil em 1934.* Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1940.

_____. *O ensino no Brasil em 1935.* Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1941.

_____. *O ensino no Brasil em 1936.* Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1942.

_____. *O ensino no Brasil em 1937*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1943.

SENRA, Nelson de Castro. *História das Estatísticas Brasileiras (1822-2002).* Rio de Janeiro: IBGE, 2006a. v.1: Estatísticas Desejadas (1822 – c.1889).

_____. *História das Estatísticas Brasileiras (1822-2002).* Rio de Janeiro: IBGE, 2006b. v.2: Estatísticas Legalizadas (c.1889 – c.1936).

_____. *História das Estatísticas Brasileiras (1822-2002).* Rio de Janeiro: IBGE, 2008. v.3: Estatísticas Organizadas (c.1936 – c.1972).

_____.*História das Estatísticas Brasileiras (1822-2002).* Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v.4: Estatísticas Formalizadas (c.1972 – 2002).

Recebido: 30/04/2014

Aprovado: 12/05/2014